

## **PSICOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

### ***PSYCHOLOGY AND SOLIDARY ECONOMY: AN INTEGRATIVE REVIEW***

Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes<sup>1</sup>

Claudia Regina Ramos Nogueira<sup>2</sup>

Pauliana Tamires Papel<sup>3</sup>

Michael Luis de Alencar<sup>4</sup>

### **RESUMO**

Este artigo, fruto de uma pesquisa fomentada pela FUNADESP em 2016 no Centro Universitário UNIFAFIBE, objetiva apresentar a articulação teórica e prática entre os campos da Psicologia e da Economia Solidária, a partir da metodologia de revisão integrativa da literatura científica nacional, situando-a entre os anos de 2000 e 2015. Como resultado, obteve 48 artigos que discutem o tema proposto, sendo organizados em uma tabela que situa: a base indexadora, o periódico, o ano da publicação e os autores. A partir das leituras, fichamentos e análises, a discussão trouxe inicialmente a relação entre trabalho e subjetividade, desde seus aspectos históricos até o encontro entre Psicologia e Economia Solidária. Demonstrou ainda, os princípios e os desafios deste tema, evidenciando a autogestão como aspecto central e, ao mesmo tempo, difícil de ser atingido, porque no imaginário dos trabalhadores ainda se encontram enraizados os processos de gestão capitalista em que a hierarquia e os mecanismos de poder são predominantes. Considerou que a Psicologia contribuiu cientificamente para o campo da Economia Solidária nos últimos quinze anos e que, como dever ético-político, esta ciência deve promover

---

<sup>1</sup> Psicólogo, Mestre e Professor no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: ramizcpm@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: claudia\_nogueira@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: pauliana.tpapel@hotmail.com

<sup>4</sup> Graduado em Psicologia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: michelhp\_@hotmail.com

formas de trabalho que fortaleçam a saúde mental das pessoas e não o sofrimento destas.

Palavras-chave: Subjetividade. Economia Solidária. Autogestão.

### **ABSTRACT**

*This article, the product of a research promoted by FUNADESP in 2016 at the University Center UNIFAFIBE, aims to present a theoretical and practical articulation between the fields of Psychology and Solidary Economy, based on the methodology of integrated revision of the national scientific literature, placing it between the Years 2000 and 2015. As result, it was found 48 articles, which discuss the pointed theme, being organized in a table that shows: the index base, the periodical, the year of publication and the authors. From the readings, fiches and analyzes, the discussion brought, at first, the relation between work and subjectivity, since its historical aspects to their meetings with Psychology and Solidary Economy. In addition, it has shown that the principles and challenges of this theme, presenting self-management as a central aspect and, at the same time, hard to achieve, for the process of capitalist management, in the worker's imaginary, is still ingrained, which the hierarchy and the power's mechanisms are prevalent. It considered that Psychology contributed scientifically to the Solidarity Economy's field in the last fifteen years and, as an ethical-political duty, this science should promote forms of work that strengthen people's mental health and not their suffering.*

*Keywords: Subjectivity. Solidary Economy. Self-management.*

## **1 INTRODUÇÃO**

Atualmente, vive-se em um mundo globalizado e tecnológico, mas que vem promovendo uma cultura excludente, consumista e egoísta. São alguns dos reflexos do modo de produção capitalista que enriquece poucos, aumenta significativamente a desigualdade social e, sobretudo, gera sofrimento em suas relações cotidianas. Furtado (2011, p.102) explica que “o capitalismo depende da crença (do seu campo ideológico) para sua manutenção e essa é sua pedra de toque e ao mesmo tempo a

sua fragilidade”. Compreendê-lo desta forma crítica, não é fechar os olhos para seus avanços, mas abrir os olhos para suas contradições.

Neste contexto, que inclusão vem sendo feita com pessoas em situação de exclusão social, como usuários e ex-usuários de drogas e dos serviços de saúde mental, sujeitos com diferentes deficiências, egressos do sistema penitenciário, idosos ou adolescentes em vulnerabilidade socioeconômica? Sawaia (2011) chamaria de **inclusão perversa**, porque simplesmente colocar as pessoas dentro de uma empresa, sem que tenham uma perspectiva de crescimento, sendo cobradas e pressionadas, pode refletir negativamente na saúde mental delas. Isto quando não estão vivendo o desemprego que afeta atualmente boa parte da sociedade, sobretudo estas pessoas excluídas. A autora, a partir de uma perspectiva crítica da Psicologia Social, explica que é preciso analisar estes processos por meio da **dialética exclusão/inclusão social**, entendendo que a sociedade que inclui, outrora excluiu estas pessoas, havendo aí uma contradição que necessita de uma análise sócio-histórica (SAWAIA, 2011).

Uma das alternativas que tem tido êxito em relação às problemáticas citadas acima e, que por princípio, também compartilha desta reflexão e da práxis transformadora das contradições sociais, é a **Economia Solidária**, “um movimento que se coloca contra o capitalismo e ao mesmo tempo convive com sua estrutura” (Furtado, 2011, p.102). É neste modo de produção que as pessoas podem encontrar elementos como: democracia, respeito, solidariedade e reconhecimento. Portanto, a Psicologia tem o dever ético-político e o compromisso social de estudar e utilizar a Economia Solidária em sua práxis.

Assim, cabe uma problemática a ser investigada neste artigo: de que modo a Psicologia tem contribuído para a compreensão e o desenvolvimento deste cenário que afeta diretamente a vida das pessoas excluídas socialmente?

A partir do contexto posto, este artigo parte de uma pesquisa maior fomentada pela FUNADESP em 2016 no Centro Universitário UNIFAFIBE, objetiva apresentar uma revisão integrativa da literatura científica nacional de 2000 a 2015 sobre a articulação entre os campos da Psicologia e da Economia Solidária.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Singer (2002) e Souza (2003), a Economia Solidária, também chamada de **outra economia**, tem na primeira metade do século XIX suas principais referências históricas: a) Na Inglaterra, Robert Owen e as Aldeias Cooperativas que seriam terras para os pobres trabalharem e produzirem sua própria subsistência; b) Na França, Charles Fourier e o modelo das paixões humanas para a escolha do trabalho e para a convivência, incluindo a renda mínima e o falanstério, uma comunidade em que reuniria 1800 pessoas trabalhando e vivendo com liberdade individual; c) Na Inglaterra, em 1844 nasceu a cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdal que adotaram os princípios que, segundo Singer (2002), “[...] seriam depois imortalizados como os princípios universais do cooperativismo.”

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir [...] conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas. (SINGER, 2002, p.40).

No Brasil, a crise social dos anos 1980 e 1990 intensificou o desemprego e fez a Economia Solidária surgir como uma possibilidade real, tanto no campo dos movimentos sociais, quanto na organização do trabalho (SINGER, 2002). Esta outra economia tem diversas formas de se organizar, como: cooperativas, associações comunitárias, clube de trocas, oficinas de geração de renda, bancos comunitários, empreendimentos solidários ainda não formalizados, incubadoras universitárias, sistemas de comércio justo e cantinas populares (SINGER, 2002; SOUZA, 2003; LAVILLE; GAIGER, 2009). Souza (2003) explica também que “[...] ela não se resume ao cooperativismo, mas esse é a sua forma principal, pois tem fundamentos éticos de organização e uma tradição histórica.” (p.38).

O que efetivamente marca a Economia Solidária é o modo como são administrados estes empreendimentos solidários – pela **autogestão**. Este princípio

indica que as decisões são fruto de discussões democráticas, tomadas em assembleias de modo cooperativo. Na economia capitalista utiliza-se o oposto, a heterogestão, uma forma de gestão hierárquica, com níveis de autoridade e instruções de cima para baixo, além da competição exacerbada dos próprios setores da cooperativa (SINGER, 2002). A autogestão na Economia Solidária tende a “dinamizar redes de interação participativas” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 166), entendendo que os processos democráticos acontecem no interior do empreendimento, mas também são levados à esfera pública, o que na perspectiva da Psicologia Social, favorece interações marcadas pelo afeto e pelo compromisso ético-político da construção coletiva de justiça social.

Os dados mais recentes da Economia Solidária no Brasil são os levantados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos entre 2009 e 2013 (DIEESE, 2015). Estes dados revelam que existiam no Brasil, 19.708 empreendimentos econômicos solidários, sendo aproximadamente 41% no Nordeste, 17% no Sul, 16% no Sudeste e no Norte e 10% no Centro-Oeste. Pouco mais da metade de todos estes empreendimentos eram informais, o que está diretamente relacionado com o dado de que as duas maiores motivações para a criação destes empreendimentos, foram as categorias “Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)” e “uma alternativa ao desemprego”. No que diz respeito à área de atuação, 54,8% atuam na área rural, 34,8% na área urbana e 10,4% nas duas. Por fim, em relação às categorias sociais, mais da metade são agricultores familiares, seguidos de artesãos, outros trabalhadores autônomos/por conta própria e assentados da reforma agrária.

### **3 METODOLOGIA**

A revisão integrativa é um método de pesquisa que permite, de maneira sistemática e organizada, reunir pesquisas sobre determinado tema, podendo integrar estudos teóricos e empíricos. Este método favorece a construção de um panorama da produção científica em determinado período de tempo, facilitando o olhar para as potencialidades e as lacunas do tema, além de trazer consigo a

possibilidade da crítica na realização das análises (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para tanto, nesta pesquisa foram seguidos os passos/componentes da revisão integrativa: definição do tema e elaboração pergunta norteadora; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão e busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; apresentação da revisão/síntese do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A pergunta norteadora desta revisão foi: quais as contribuições da Psicologia para a Economia Solidária? Como os dois temas vêm sendo relacionando nos artigos científicos nacionais?

A pesquisa dos artigos foi realizada em dezembro de 2015, sendo seus critérios de inclusão, artigos científicos nacionais, em idioma Português, produzidos entre 2000 e 2015, margem que se justifica pelo objetivo de se criar um panorama das publicações nestes anos que marcaram a relação prática entre Psicologia e Economia Solidária no Brasil. Como critérios de exclusão, definiu-se que não participariam da pesquisa: teses, dissertações, artigos incompletos, artigos científicos publicados fora do período estabelecido e artigos com temáticas que fugissem da pergunta norteadora.

Foram consultadas as bases de indexação de artigos científicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e PEPSiC, a partir do cruzamento dos descritores: “economia solidária”; “autogestão”; “Psicologia”; “subjetividade”; “saúde mental”; “incubadora”.

A partir da coleta dos artigos, da exclusão daqueles que não faziam parte do escopo da pesquisa e estavam repetidos em diferentes bases de indexação, organizou-se os resultados para apresentar ao leitor um panorama das produções científicas e também uma análise crítica que possa contribuir para pesquisadores e profissionais que se interessam pelo tema.

## 4 RESULTADOS

A partir da revisão integrativa da literatura, obtiveram-se, no fim da pesquisa e de seus processos de inclusão e exclusão, 48 artigos que discutem o tema proposto. A Tabela 1 traz estes resultados, somados à organização de quais Bases Indexadoras foram encontrados, quais periódicos, qual o ano de publicação e os autores. Isto permite ter um panorama amplo da produção científica nacional neste período de 2000 a 2015.

Tabela 1: Bases Indexadoras, periódicos, ano de publicação e autores dos estudos revisados

Bases Indexadoras	Periódicos	Ano de Publicação	Autores
Scielo	Estudos de Psicologia (Campinas)	2004	Alexandra Flávio Bunchaft; Sônia Maria Guedes Godim
Scielo	Psicologia e Sociedade	2004	Eveline Favero; Karen Fidelwein
Scielo	Estudos de Psicologia (Natal)	2005	Henrique Caetano Nardi; Denise Balem Yates
Scielo	Psicologia e Sociedade	2005	Marília Veríssimo Veronese; Pedrinho Guareschi
Scielo	Psicologia e Sociedade	2006	Kátia Salete Barfknecht; Alvaro Roberto Crespo Merlo; Henrique Caetano Nardi
Scielo	Fractal: Revista de Psicologia	2008	Luis Artur Costa et al.
Scielo	Psicologia em Estudo	2008	Márcia Luiza Pit Dal Magro; Maria Chalfin Coutinho
Scielo	Revista Katálysis	2008	Noëlle M. P. Lechat; Eronita da Silva Barcelos
Scielo	Trabalho, Educação e Saúde	2008	Silvana Mendes Lima; Carlos Minayn Gomez
Scielo	Organizações e Saúde	2009	Gensauto Carvelho França Filho; Eduardo Vivian da Cunha
Scielo	Sociologias	2009	Lucas Rodrigues Azambuja
Scielo	Psicologia USP	2010	Mariane Lemos Lourenço
Scielo	Fractal: Revista de Psicologia	2011	Lilias Aparecida Kanan
Scielo	Organizações e Sociedade	2011	Ana Paula Paes de Paula et al.
Scielo	Cademo EBAPE.BR	2012	Fernanda Mitsue Soares Omama; Flávia Luciana Naves Mafra; Lilian Barros Moreira
Scielo	Psicologia: Ciência e Profissão	2013	Márcia Campos Andrade et al.
Scielo	Psicologia e Sociedade	2015	Eneida Santiago; Silvio Yasui
Scielo e Lilacs	Psicologia e Sociedade	2005	Maria Calfin Coutinho et al.
Scielo e Lilacs	Psicologia: Reflexão e Crítica	2006	Henrique Caetano Nardi et al.
Scielo e Lilacs	Psicologia e Sociedade	2007	Fábio de Oliveira
Scielo e Lilacs	Ciência e Saúde Coletiva	2008	Ana Lúcia Abrahão
Scielo e Lilacs	Psicologia e Sociedade	2008	João Leite Ferreira Neto
Scielo e Lilacs	Psicologia e Sociedade	2014	Cris Fernández Andrada; Leny Sato
Scielo e Lilacs	Psicologia e Sociedade	2015	Joelma Cristina Santos; Benedito Anselmo Martins de Oliveira
Scielo, PePSIC e Lilacs	Psicologia USP	2006	Belinda Mandelbaum
Scielo e PePSIC	Psicologia: Ciência e Profissão	2007	Ana Lucia Cortegoso
PePSIC	Cademo de Psicologia Social do Trabalho	2002	Egeu Gomez Esteves
PePSIC	Cademo de Psicologia Social do Trabalho	2006	Cris Fernández Andrada
PePSIC	Cademo de Psicologia Social do Trabalho	2006	Roberto Minoru Ide
PePSIC	Estudos e Pesquisas em Psicologia	2007	William César Castilho Pereira; Adriana Maria Brandão Penzinz
PePSIC	Mental	2008	Ricardo Mendes Mattos; Roberto Heloani; Ricardo Franklin Ferreira
PePSIC	Psicologia para América Latina	2008	Márcia Campos Andrade
PePSIC	Arquivos Brasileiros de Psicologia	2011	Ana Paula Grando; Márcia Pit Dal Magro
PePSIC	Arquivos Brasileiros de Psicologia	2012	Luciana Caliman
PePSIC	Revista de Psicologia Política	2012	Fabio Bitencourt Meira
PePSIC	Cademo de Psicologia Social do Trabalho	2014	Tatiana Dimov; Juliana da Silva Nóbrega
PePSIC	Construção Psicopedagógica	2014	Eloisa Quadros Fagali; Maristela Miranda Vieira de Oliveira
PePSIC	Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia	2014	Márcia Campos Andrade; Abílio da Costa-Rosa
PePSIC	Revista de Psicologia Política	2014	Ana Carolina Lemos Pereira; Leticia Dal Picolo Dal Secco; Ana Maria Rodrigues de Carvalho
PePSIC e Lilacs	Cademo de Psicologia Social do Trabalho	2010	Felipe Andres Calderon Roa; Domenico Uhhg Hur

PePSIC e Lilacs	Caderno de Psicologia Social do Trabalho	2013	Egeu Gómez Esteves
PePSIC e Lilacs	Caderno de Psicologia Social do Trabalho	2013	Iara Lais Raitz Baratieri; Marilene Zazula Beatriz
Lilacs	Psico (Porto Alegre)	2009	Pedrinho Arcides Guareschi; Marília Verissimo Veronese
Lilacs	Revista Baiana de Saúde Pública	2009	Ester Aida Gelman; Keyla Costa Reis; Rosângela da Luz Matos; Sayonara Neves de Oliveira Dahia
Lilacs	Revista Baiana de Saúde Pública	2009	Marlene Azevedo Magalhães Monteiro
Lilacs	Psicologia USP	2010	Mariane Lemos Lourenço
Lilacs	Caderno de Saúde Pública	2013	Júlio César Borges dos Santos; Elida Azevedo Hennington
Lilacs	Revista de Terapia Ocupacional	2013	Isabela Aparecida de Oliveira Lussi; Carolina da Silva Shiramizo
Lilacs	Psicologia Argumento	2014	Selma Aguiar Jagher; Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov

Fonte: Elaborada pelos autores da pesquisa

A partir da leitura e fichamento de todos os 48 artigos e a organização dos principais tópicos discutidos, elaborou-se a etapa discussões dividindo-a em dois tópicos: Trabalho e subjetividade: encontros entre a Psicologia e a Economia Solidária e Sobre Economia Solidária, autogestão e imaginário: princípios e desafios.

#### 4.1 Trabalho e subjetividade: encontros entre a Psicologia e a Economia Solidária

O trabalho, originado da junção dos elementos em latim *tri* (três) e *palum* (madeira), tem, hoje, um significado completamente oposto ao que lhe foi concebido, *a priori*. *Tripalium* era um instrumento usado em torturas físicas dolorosas, o que significa que a ideia original do trabalho era proporcionalmente equivalente à tortura física, pois, naquela época, apenas poucas pessoas trabalhavam – as pessoas destituídas de posse – e esses trabalhos eram, majoritariamente, braçais. Com o decorrer dos anos, o seu sentido foi sendo alterado – de “ser torturado” para “executar uma atividade difícil”, e desta para “uso de talentos/conhecimentos para alcançar um resultado”.

A mudança do sentido de “trabalho” é imensamente significativa. É possível perceber, olhando a história e a evolução da cultura humana, que o trabalho, realizado por poucos, foi se espalhando por todas as classes sociais – inclusive as dominantes, que começaram a participar ativamente, mesmo sendo uma camada

altamente favorecida, sendo este direito garantido no nascimento. Obviamente, os trabalhos realizados eram diferentes – as classes superiores, então, realizavam trabalhos intelectuais, depois de se formarem em Escolas e Universidades, enquanto as classes inferiores ainda realizavam os trabalhos braçais, normalmente passados de pais para filhos. Mas a principal mudança nesse cenário aconteceu com a Revolução Industrial.

Esta, como um dos principais marcos da civilização ocidental, traz à população o que nunca havia sido pensado: o trabalho em prol do consumo. O consumo, principal combustível do capitalismo, se tornou possível às classes baixas justamente por causa do trabalho. Embora tenha se tornado possível a elas, o consumo é essencial para o capitalismo, visto que sua sustentação é justamente no consumismo, garantindo sempre a produção em massa de necessidades humanas (GRANDO; MAGRO, 2011), que nunca foram sentidas antes, tornando-se um processo altamente doloroso para os indivíduos que não têm condições financeiras de consumi-las.

Não ter condições financeiras de consumir as novas necessidades humanas é doloroso porque além do sujeito ter que lidar com a ausência de um objeto que ele deseja, ele é excluído da sociedade, porque não o possui. Andrade (2008) fala disso quando diz que os trabalhadores enxergam o trabalho como um meio de sobrevivência, tanto material, quanto subjetiva. Não só isso, foi possível perceber que, para os trabalhadores, aquele desempenho de atividades possibilitava a agregação e também viabilizava a inserção no meio social. O movimento de agregação pode se dar tanto dentro, quanto fora da empresa. Esteves (2013) explica que, dentro da empresa, isso ocorre devido a uma ação coletiva direcionada para a execução de determinada tarefa, remetendo à etimologia da palavra “empresa”, cujo sentido vem do grego, que se associa com a ideia de um coletivo de pessoas trabalhando em prol de um objetivo.

Além dos meios de sobrevivência de caráter subjetivo citados acima, Favero e Eidelwein (2004) trouxeram falas, em sua pesquisa, dos trabalhadores. Os conteúdos apresentados retratam um outro lado positivo do trabalho para a vida dos trabalhadores, pois muitos sentem-se valorizados por desempenharem a atividade remunerada, além da elevação da autoestima e também da sensação de “serem

úteis”. Favero e Eidelwein (2004) também relataram que alguns trabalhadores se preocupavam com o “futuro da humanidade”, o que deixa claro que não é uma preocupação focada apenas em materiais, mas principalmente na “identidade social e valorização pessoal, aspectos estes, reconhecidos dentro da economia solidária” (p. 37).

O estudo da subjetividade para o trabalhador é extremamente importante e, felizmente, é foco de trabalho de muitos psicólogos. Guareschi e Veronese (2009) dizem que, apesar de muitos pensarem que a Psicologia Social nada tem a oferecer para esse campo, ela possibilita a “resistência aos processos de massificação” (p. 96), pois enxerga o trabalhador com toda a sua subjetividade. Mas esse não é o único trabalho do psicólogo, este também é visto, para os trabalhadores, como um tradutor, pois consegue falar de maneira simples e compreensível, sendo sempre empático e atencioso não apenas com um único sujeito, mas também com o grupo por inteiro (FAVERO; EIDELWEIN, 2004).

Graças ao trabalho dos psicólogos nesse contexto, foi possível identificar que a relação entre subjetividade e trabalho só é positiva, da forma como foi citada acima, pela forma como os sujeitos vivenciam e dão significado às experiências. Nardi e Yates (2005) apontam que essa relação é baseada no contexto socioeconômico do indivíduo, sendo tal afirmação comprovada pela história da cultura ocidental através da análise sobre o sentido que o trabalho tinha diversos povos: escravos, vassalos, operários e o colaborador de hoje em dia. Embora o colaborador seja mais comum de ser encontrado na sociedade, também existe o associado, figura que nasce através da Economia Solidária.

A economia solidária surgiu como um modo de produção e distribuição dentro do sistema capitalista, organizada sob certos princípios, como a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática, a distribuição da receita líquida entre os cooperados e a destinação do excedente anual (SANTOS; OLIVEIRA, 2015, p. 373).

Como exposto acima, ao contrário do capitalismo, a Economia Solidária tem o foco no trabalho, e não no capital (GUARESCHI; VERONESE, 2009). Apesar de valorizar o associado do empreendimento solidário, este chega impregnado com o capitalismo, e o processo de mudança é difícil, demorado e, para algumas pessoas, impossível; entretanto, isso poderia ser alterado se esses princípios fossem

internalizados e institucionalizados, para que as pessoas – futuros associados – pudessem se ligar à Economia Solidária (ONUMA; MAFRA; MOREIRA, 2012).

#### **4.2 Sobre Economia Solidária, autogestão e imaginário: princípios e desafios**

A Economia Solidária atual revisita o socialismo utópico – principalmente as obras de Owen, Proudhon, Fourier – e recoloca hoje, na ordem do possível, princípios como a igualdade e a democracia no trabalho, eixos norteadores de inúmeras lutas de trabalhadores nos últimos dois séculos por todo o mundo, ainda que descontínuas e pulverizadas. Esse movimento está baseado na união entre a posse e o uso dos meios de produção nas mãos dos sócios-trabalhadores, aliada a uma gestão participativa e democrática dos empreendimentos (ANDRADA, 2006; SINGER, 2002).

A Economia Solidária é um novo padrão de desenvolvimento humano, confrontando com os interesses do poder e lucratividade em massa, pertencentes ao capitalismo. Ou seja, não está baseada na permissão de “quanto mais se tem, mais se quer”, e sim proporciona instrumentos para sustento da vida e melhoria das classes que são marginalizadas pelo sistema. Para se conceber a Economia Solidária como proposta alternativa à lógica capitalista, muito tem sido feito no sentido de repensar todo o sistema estrutural da lógica do capital, considerando-se novos modos de estruturação das organizações, a possibilidade de tomada de decisões coletiva, a criação de tecnologias adaptadas às realidades dos empreendimentos alternativos, bem como o próprio controle da cadeia produtiva pelos trabalhadores (PAULA, et al. 2011).

Azambuja (2009) traz a reflexão que a Economia Solidária é uma forma antagônica de organização da Economia em relação à capitalista. Utilizando Singer e Mance, coloca que o potencial das iniciativas de Economia Solidária em se constituírem numa alternativa ao capitalismo está ligado à noção de colaboração solidária. Esta consiste na estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo.

A forma de gerir estes empreendimentos, baseada em seus princípios, é a autogestão. Esta não é uma relação apenas política, mas uma relação de produção que se dissemina por todas as esferas da vida social, sendo difícil a sua expressão radical no capitalismo. O que acontece são formas organizativas solidárias inspiradas nos princípios autogestionários como: associações e cooperativas (COUTINHO, 2005).

Sobre dificuldades e desafios de se implantar a autogestão dentro dos padrões capitalistas no interior dos empreendimentos solidários, Paula e cols. (2011) trazem alguns apontamentos, como: a resistência dos trabalhadores em assumir cargos diretivos; a pouca ou inexistente preocupação dos trabalhadores com a qualificação profissional; e a baixa participação dos trabalhadores na tomada de decisões, mesmo podendo fazê-lo. Tudo isso se liga, diretamente, a questões como a naturalização da opressão e a reprodução de práticas e valores capitalistas no interior das novas estruturas criadas pela Economia Solidária, mas aponta, ainda, para outra direção: um “enclausuramento” do imaginário. É necessário neste contexto, recuperar as construções destes indivíduos que estavam amortizados em sua subjetividade, perante as relações de poder historicamente estabelecidas em suas vidas. Do ponto de vista da Psicologia aliada à Economia Solidária, é imprescindível estimular a reflexão sobre seu “quefazer” cotidiano no trabalho, para além das questões reais, concretas, indo assim em direção ao seu imaginário. Para os autores, é preciso, além de uma inclusão produtiva com combate à exclusão e superação do desemprego, também pavimentar um caminho possível para o homem ressignificar o modo como percebe e se posiciona no mundo, criando uma tentativa de conferir ao sujeito a recriação da sua realidade, colocando-se nela não como um aprisionado, mas determinando-a (PAULA, et al. 2011).

Dal Magro e Coutinho (2008) discutem que no Brasil, o florescimento da prática cooperativa surge a partir de 1932, quando foi promulgada a lei básica do cooperativismo brasileiro, no entanto, a partir da década de 1990 o debate em torno dos empreendimentos cooperativos vem ganhando novo destaque. O artigo mostram as contradições no processo de autogestão postulado por Singer (2002), a partir de uma pesquisa com uma cooperativa anteriormente estudada pelo autor, são estas: centralização das decisões na presidente; falta de participação dos

cooperados nas assembleias e reuniões; a condução das discussões nas assembleias e reuniões também ficava muito centralizada nos técnicos da ITCP e da prefeitura, marcando a relação de dependência do grupo para com eles; conflitos entre os grupos, sem qualquer coletividade.

Em uma perspectiva crítica, Dal Magro e Coutinho (2008) colocam a preocupação de que as cooperativas, principais representantes da Economia Solidária, não estejam sendo alternativas de reforma gradual em direção à superação do capitalismo, ou de promoção da emancipação social, como propõem seus defensores. Para os autores, o que surge neste contexto são iniciativas e empreendimentos isolados, capazes, apenas, de se constituir como estratégias de sobrevivência para trabalhadores pobres e excluídos do mercado de trabalho formal.

Em outro artigo, há uma crítica neste sentido. Costa e cols. (2008) compreende a Economia Solidária como sendo uma proposta de construir relações locais de solidariedade, possibilitando a mutua autossustentabilidade em comunidade. Contudo, muitas cooperativas reduzem sua relação apenas à linha de produção, agrupado de acordo com indivíduos autônomos. Neste caso a cooperativa em questão apresentou descrições de funcionalidade no modelo semelhante à antiga fábrica, na qual cada movimento e comportamento dos funcionários era vigiado/controlado por um supervisor, tendo como foco o trabalho em massa. Após se tornar cooperativa, algumas situações como assembleias, quadros de aviso e boatos, ainda carregavam este imaginário do funcionamento antigo. Nas assembleias, por exemplo, que serviriam para trocas de informações, votações e debates para definição ações futuras, o fluxo de informação vinha somente da diretoria, que oferecia gráficos e tabelas com prestação de contas, assim como saída e entrada de recursos. Com isso havia falta de apoio entre diretoria e cooperados; auto demissão daqueles que se contrapunham ou se mostravam insatisfeitos com decisão da diretoria; e as informações chegavam através de boatos nos corredores da fábrica, não havendo transparência nas informações prestadas na assembleia (COSTA et al., 2008).

São claras as dificuldades enfrentadas nos empreendimentos solidários em relação à autogestão, o que se justifica, sobretudo, pelo imaginário social que os cooperados mantêm do cenário capitalista que sempre vivenciaram. Do ponto de

vista da subjetividade, é necessário romper uma barreira histórica e cultural para aderir à autogestão, o que se torna um desafio cotidiano, mas que pode levar à uma libertação destas hierarquias que causam e, sempre causaram sofrimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma revisão integrativa da literatura científica nacional de 2000 a 2015 sobre a articulação entre os campos da Psicologia e da Economia Solidária. Durante o primeiro quinquênio, apenas 6 artigos foram encontrados e analisados, já no segundo, foram 24 artigos e no terceiro, 19, o que demonstra uma aproximação mais intensa das duas áreas nos últimos dez anos.

A análise da literatura mostrou que a relação entre trabalho e subjetividade sempre se fez presente, mas com o surgimento da Economia Solidária e o recente olhar da Psicologia nas últimas décadas para este tema, esta relação tem um outro rumo: o protagonismo do trabalhador nos processos de produção e gestão, não apenas gerando sofrimento, como outrora. Já a autogestão ainda traz consigo contradições, porque, mesmo sendo um dos valiosos princípios e instrumentos da Economia Solidária, é difícil de ser atingida, porque no imaginário dos trabalhadores ainda se encontram enraizados os processos de gestão capitalista em que a hierarquia e os mecanismos de poder são predominantes.

Conclui-se que a Psicologia contribuiu cientificamente para o campo da Economia Solidária nos últimos quinze anos e que, como dever ético-político, esta ciência deve promover formas de trabalho e gestão que fortaleçam a saúde mental das pessoas e não produza mais sofrimento.

## REFERÊNCIAS

ANDRADA, C. F. Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-14, jun. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172006000100002&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172006000100002&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em 20 mar. 2016.

ANDRADE, M. C. O nascimento de uma associação de catadores de material reciclável: um estudo de caso. **Psicologia para América Latina**, México, n. 14, out. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 mar. 2016.

AZAMBUJA, L. R. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, jun. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26 mar. 2016.

COSTA, L. A. et al. Estriagem e alisamento: usinando uma autogestão na fábrica. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 447-459, dez. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922008000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922008000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 mar. 2016.

COUTINHO, M. C. et al. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 7-13, abr. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822005000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 20 jul. 2016.

DAL MAGRO, M. L. P.; COUTINHO, M. C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 703-711, dez. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722008000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000400008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 jan. 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Informalidade na economia solidária: conhecendo e discutindo**. São Paulo: DIEESE, 2015 (Coleção Caderno de Debates do Observatório Nacional de Economia Solidária e do Cooperativismo, 1)

ESTEVES, E. G. "Todos são iguais", "todos são responsáveis" e "todos estão no mesmo barco": os (des)entendimentos da autogestão cooperativa. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 135-148, jun. 2013. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172013000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 mar. 2016.

FAVERO, E.; EIDELWEIN, K. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 35-40, dez. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822004000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 27 fev. 2016.

FURTADO, O. **Trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

GRANDO, A. P.; MAGRO, M. P. D. "Consumo, logo existo": os sentidos do consumo na economia solidária. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 2-13, 2011. Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672011000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 11 abr. 2016.

GUARESCHI, P. A.; VERONESE, M. V. Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social. **PSICO**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 94-101, jan./mar. 2009. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161489>>. Acesso em 12 abr. 2016.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. IN: CATTANI, A. D. et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p.162-168.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 abr. 2017

NARDI, H. C.; YATES, D. B. Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e à economia solidária. **Estudos de psicologia (Natal)**, Natal, v. 10, n. 1, p. 95-103, Abr. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2005000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 mar. 2016.

ONUMA, F. M. S.; MAFRA, F. L. N.; MOREIRA, L. B. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-81, 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512012000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 mar. 2016.

PAULA, A. P. P. et al. A Economia Solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 18, n. 57, p. 323-333, jun. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302011000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302011000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 mar. 2016.

SANTOS, J. C.; OLIVEIRA, B. A. M. Possibilidades para a Psicologia na Economia Solidária: Atuação numa ITCP. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 372-382, ago. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822015000200372&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200372&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 fev. 2016.

SAWAIA, B. B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa?. In: SAWAIA, B. B. (org). **As Artimanhas da Exclusão** – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p.7-13.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. R. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. p.27-44.

*Recebido em 20/08/2017*

*Aprovado em 07/12/2017*